

SUMÁRIO

STJ00061011

CAPÍTULO 1

A SEGURIDADE SOCIAL: CONCEITO, ORIGEM E HISTÓRICO

1.	A origem da proteção social	1
2.	Conceito de seguridade social	4
3.	A saúde	5
4.	A assistência social	8
4.1.	Benefício assistencial	11
4.2.	Outras ações	14
5.	A previdência social	16
5.1.	Natureza jurídica e principais características	17
5.2.	A privatização da previdência social	19
5.3.	Regimes previdenciários	21
5.4.	Regimes próprios de previdência de servidores públicos	23
5.5.	Sistema de inclusão previdenciária	25
5.6.	Regimes de financiamento e equilíbrio financeiro e atuarial	28
6.	Evolução histórica	31
7.	Evolução histórica e legislativa no Brasil	36
8.	Organização e princípios constitucionais	44

CAPÍTULO 2

A CONSTITUIÇÃO E A SEGURIDADE SOCIAL – PRINCIPAIS DISPOSITIVOS

1.	Previsão constitucional	57
2.	O financiamento da seguridade social	58
2.1.	As contribuições sociais	58
2.1.1.	Competência	58
2.1.2.	Natureza jurídica	59
2.1.3.	Previsão constitucional	60
2.2.	Criação de novas contribuições sociais	80
2.3.	A noventena das contribuições sociais	81
2.4.	O pequeno produtor rural e o pescador artesanal	82
2.5.	Imunidade das entidades beneficentes de assistência social	83
2.6.	Alíquotas e base de cálculo diferenciadas	84
2.7.	Remissão e anistia de contribuições sociais	85
2.8.	Não-cumulatividade das contribuições sociais	86

2.9.	Substituição da contribuição sobre a folha de pagamento pela COFINS	87
2.10.	Orçamento da seguridade social	88
2.11.	Contratação com o poder público	89
2.12.	Aumento e criação de benefícios previdenciários	89
2.13.	Requisitos diferenciados para a aposentadoria	90
2.14.	A garantia do salário mínimo	91
2.15.	A habitualidade dos ganhos e sua repercussão no benefício	92
2.16.	Destinação exclusiva das contribuições previdenciárias	93
2.17.	Competência da justiça do trabalho para cobrança de contribuições	94
2.18.	Contagem recíproca de tempo de contribuição	95
	Apêndice	97

CAPÍTULO 3

LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

1.	Conceito	105
2.	Fontes da legislação previdenciária	106
3.	Autonomia do direito previdenciário	107
4.	Aplicação das normas previdenciárias: vigência, hierarquia, interpretação e integração	110

CAPÍTULO 4

REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

1.	Conceito	117
2.	Beneficiários do regime geral de previdência social	118
3.	Filiação e inscrição	118
3.1.	Filiação	119
3.2.	Inscrição	121
4.	Segurados obrigatórios	124
5.	Segurado facultativo	143
6.	O conceito previdenciário de empresa e empregador doméstico	145
6.1.	Empresa	145
6.1.1.	Matrícula da empresa	149
6.1.2.	A questão das cooperativas	149
6.2.	Empregador doméstico	151

CAPÍTULO 5

FINANCIAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

1.	Introdução	153
2.	Contribuição dos trabalhadores	155
3.	Contribuição da empresa	167
4.	Evolução legislativa sobre o tema	168
5.	A contribuição incidente sobre as remunerações de empregados e avulsos	168
6.	A contribuição incidente sobre as remunerações de contribuintes individuais	169
6.1.	A questão da contribuição da empresa sobre a remuneração de trabalhadores sem vínculo empregatício	171
7.	O adicional das instituições financeiras	173
8.	O seguro de Acidentes no Trabalho – SAT	173
8.1.	Beneficiários do SAT	175
8.2.	A contribuição para o seguro de acidentes do trabalho – SAT e para o custeio da aposentadoria especial	176
8.2.1.	A parcela básica do SAT	176
8.2.2.	O adicional ao SAT	181
9.	As cooperativas de trabalho e a contribuição de 15% sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de serviços	186
10.	Parcelas integrantes da base de cálculo	188
11.	Parcelas excluídas da base de cálculo	190
12.	A contribuição do empregador doméstico	191
13.	Contribuições substitutivas da parte patronal	192
13.1.	Associações desportivas que mantêm equipe de futebol profissional	193
13.2.	Produtores rurais	195
14.	Outras receitas da seguridade social	201
15.	Destinação das contribuições sociais	201
16.	Contribuições para terceiros	203
	Apêndice 1	211
	Apêndice 2	225
	Apêndice 3	234

CAPÍTULO 6
SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO

1.	Conceito	243
2.	Segurados empregado e avulso	245
3.	Empregado doméstico	246
4.	Contribuinte individual	247
4.1.	O salário-base	247
4.2.	A regra de transição	248
5.	Segurado facultativo	249
6.	Limites do salário-de-contribuição	250
6.1.	Limite mínimo	250
6.2.	Limite máximo	251
7.	Composição do salário-de-contribuição	252
7.1.	Parcelas integrantes do salário-de-contribuição	252
7.2.	Parcelas não-integrantes do salário-de-contribuição	253

CAPÍTULO 7
**ARRECADAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS À
SEGURIDADE SOCIAL E RECOLHIMENTO FORA DO PRAZO**

1.	Regras principais	267
2.	Recolhimento da contribuição relativa à comercialização da produção rural	270
3.	Recolhimento em atraso	271
4.	Cálculo de contribuições em atraso, retroação da data de início de contribuição e indenização dos contribuintes individuais	275
Apêndice		278

CAPÍTULO 8
OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS E RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

1.	Introdução	285
2.	Guia de recolhimento do fundo de garantia por tempo de serviço e informações à previdência social – GFIP	287
3.	Responsabilidade solidária	290
4.	A retenção de 11% sobre o valor bruto da fatura ou nota fiscal	291
5.	Construção civil	296
6.	Grupo econômico	297
7.	Administradores públicos	297

8.	Titular da firma individual, sócio de empresa por cotas de responsabilidade limitada, acionistas controladores, administradores, gerentes e diretores	299
9.	Operador portuário e órgão gestor de mão-de-obra	301

CAPÍTULO 9

NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LANÇAMENTO DO DÉBITO E EXECUÇÃO FISCAL

1.	A constituição do crédito	303
2.	Parcelamento de contribuições e demais importâncias devidas à seguridade social	305
3.	Aferição indireta	309
4.	Representação fiscal para fins penais	309
5.	Dívida ativa	312

CAPÍTULO 10

DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO

1.	Introdução	317
2.	Decadência e prescrição no benefício	318
2.1.	A previsão legal do <i>caput</i> do art. 103 da Lei nº 8.213/91	318
2.2.	A previsão legal do parágrafo único do art. 103 da Lei nº 8.213/91	322
2.3.	A previsão legal do art. 104 da Lei nº 8.213/91	323
2.4.	Retroação do prazo prescricional	324
3.	Revisão do benefício pela própria administração	326
4.	Decadência no custeio	327
5.	Prescrição no custeio	330
6.	Desconstituição do crédito	332

CAPÍTULO 11

RESTITUIÇÃO E COMPENSAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES

1.	Introdução	333
2.	Restrições	334
3.	A restituição	335
4.	A compensação	335
5.	Reembolso de pagamento	337

CAPÍTULO 12
IMUNIDADE DE CONTRIBUIÇÕES

1.	Introdução	339
2.	Requisitos	340
3.	O debate atual em torno da questão	341
4.	O conselho nacional de assistência social – CNAS	343
5.	Limitações	346
6.	Manutenção	346
7.	Perda	347
	Apêndice	349

CAPÍTULO 13
PROVA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO – CND

1.	Introdução	361
2.	Situações gerais de necessidade do documento	362
3.	Construção civil	363
4.	Produtor rural	364
5.	Contratações de operação de crédito público	365
6.	Obtenção de verbas dos fundos de participação	365
7.	Indicação de finalidade	366
8.	Validade do documento	367
9.	Dispensa da CND	368
10.	Situações passíveis de obtenção da CND	369
11.	Certidão positiva de débito com efeitos de negativa	370

CAPÍTULO 14
CRIMES CONTRA A SEGURIDADE SOCIAL

1.	Introdução	371
2.	Apropriação indébita previdenciária	371
3.	Sonegação de contribuição previdenciária	375
4.	Falsificação de documento público	377
5.	Inserção de dados falsos em sistema de informações	379
6.	Modificação ou alteração não-autorizada de sistema de informações ...	380
7.	Estelionato	380
8.	Regras gerais	381

CAPÍTULO 15
INFRAÇÕES À LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

1.	Introdução	385
2.	Valores das multas	385
3.	Circunstâncias agravantes	389
4.	Circunstâncias atenuantes	389
5.	Gradação das multas	390

CAPÍTULO 16
RECURSO DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS

1.	Introdução	391
2.	Princípios do processo administrativo	392
3.	O processo no custeio	394
4.	O processo no benefício	400
5.	Conselho de recursos	403
6.	Justificação administrativa	407

CAPÍTULO 17
PLANO DE BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

1.	Regimes previdenciários	411
2.	Beneficiários do RGPS	412
2.1.	Filho inválido	415
2.2.	Menor sob guarda	416
2.3.	União homoafetiva	418
2.4.	União estável com segurado(a) já casado(a)	418
2.5.	Conseqüências na separação ou divórcio	419
3.	Manutenção e perda da qualidade de segurado	419
4.	Carência	423
5.	Salário-de-benefício	429
5.1.	Fator previdenciário	432
5.2.	Disposições gerais sobre o salário-de-benefício	437
6.	Renda mensal de benefício	441
7.	Reajustamento do valor e pagamento dos benefícios	443
7.1.	Correção do benefício previdenciário com base na súmula 260 do extinto tribunal federal de recursos	446
7.2.	Correção do benefício previdenciário pelo número de salários-mínimos	447

7.3.	Correção do benefício previdenciário pela Lei nº 8.213/91	448
7.4	outras questões envolvendo a correção do benefício previdenciário	450
7.5.	Regras gerais de pagamento do benefício	451
8.	Descontos legalmente autorizados na renda mensal do benefício	451

CAPÍTULO 18

PRESTAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

1.	Aposentadoria por invalidez	455
2.	Aposentadoria por idade	461
3.	Aposentadoria por tempo de contribuição	468
3.1.	Tempo de contribuição	472
4.	Aposentadoria especial	480
4.1.	Conversão de tempo de trabalho	487
5.	Auxílio-doença	491
6.	Salário-família	497
7.	Salário-maternidade	502
8.	Auxílio-acidente	507
9.	Pensão por morte	511
10.	Auxílio-reclusão	517
11.	Serviço social	521
12.	Habilitação e reabilitação profissional	523
13.	Abono anual	526

CAPÍTULO 19

PRINCIPAIS REGRAS DE TRANSIÇÃO

1.	Introdução	527
2.	Regras transitórias definidas pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98	528
2.1.	Regra transitória para a aposentadoria por tempo de contribuição integral (art. 9º, <i>caput</i> , EC nº 20/98)	528
2.2.	Regra transitória para a aposentadoria por tempo de contribuição proporcional (art. 9º, § 1º da EC nº 20/98)	531
3.	Regras transitórias definidas pela Lei Ordinária nº 9.876/99	532
4.	Regras transitórias da EC nº 41/03	533

CAPÍTULO 20
ASSUNTOS GERAIS DE BENEFÍCIOS

1.	Acumulação de benefícios	539
2.	Segurado em débito com a previdência social	541
3.	Benefícios de legislação especial	542
3.1.	Jornalista profissional	543
3.2.	Atleta profissional de futebol	543
3.3.	Aeronauta	544
3.4.	Anistiado político	545
3.5.	Ex-combatente	548
3.6.	Portadores da síndrome da talidomida	550
3.7.	Seringueiro	551
3.8.	Ferrovário	553
4.	Desaposentação	554

CAPÍTULO 21
COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DAS LIDES
PREVIDENCIÁRIAS

1.	Introdução	557
2.	Custeio	559
3.	Benefícios comuns	560
4.	Benefícios decorrentes de acidente de trabalho	561
5.	Juizados especiais federais	562
6.	Execução de contribuições decorrentes de decisões da justiça do trabalho	564
7.	Tutela antecipada em ações previdenciárias	567
8.	Regras gerais	568

CAPÍTULO 22
SIMPLES

1.	Introdução	569
2.	Conceitos	570
3.	Tributos incluídos no simples	572
4.	Tributos não-incluídos no simples	573
5.	Exclusão do simples	573
6.	Estatuto da microempresa e da empresa de pequeno porte	575

CAPÍTULO 23
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

1.	Introdução	579
2.	Conceitos elementares	580
3.	O equilíbrio financeiro e atuarial	583
4.	Regime aberto de previdência complementar – EAPC	585
5.	Regime fechado de previdência complementar – EFPC	586
6.	Planos de benefícios	587
6.1.	Plano de benefícios nas entidades abertas	589
6.2.	Plano de benefícios nas entidades fechadas	590
7.	Normas constitucionais sobre a previdência complementar	593
8.	A previdência complementar no serviço público	595
8.1.	A questão dos regimes próprios	595
8.2.	O regime complementar para servidores públicos	596

SÚMULAS PREVIDENCIÁRIAS	599
--------------------------------------	------------

EXERCÍCIOS	613
-------------------------	------------

GABARITO	662
-----------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	669
---	------------